

PSA BANCO BANCO PSA FINANCE BRASIL S.A.

STELLANTIS

CNPJ Nº 03.502.961/0001-92

**Relatório da Administração** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$ 2.445.425 (31/12/2021 - R\$ 1.761.982), e estão representados principalmente pelas operações de crédito no montante de R\$ 2.335.522 (31/12/2021 - R\$ 1.657.933). Em 31 de dezembro de 2022, os passivos totais atingiram R\$ 2.184.633 (31/12/2021 - R\$ 1.502.031), e estão representados, principalmente, por: depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 1.872.397 (31/12/2021 - R\$ 1.233.476). **Gerenciamento de Riscos Corporativos: Controles Internos:** A Diretoria de Riscos abrange as áreas de Compliance e PLD/FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo) garantindo a conformidade em suas operações e produtos e promovendo as devidas verificações de forma preventiva e corretiva nas tratativas sobre lavagem de dinheiro, conforme determina a Circular nº. 3.461 do Banco Central do Brasil, bem como políticas internas e dos acionistas. **Ouidvidoria:** Por determinação da Resolução CMN nº. 3.849/2010 e a Resolução atual nº. 4.433/2015, o Banco PSA, instituiu componente organizacional de Ouidvidoria compatível com a natureza de suas operações. Com objetivo de aprimorar o relacionamento do mesmo com seus públicos, a Ouidvidoria atua como canal de comunicação entre os cidadãos e a instituição,

principalmente no tratamento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios que não sejam solucionados pelos canais habituais de atendimento do Banco. **Política de Distribuição de Dividendos:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido de cada exercício ajustado de acordo com a legislação. **Agradecimentos:** O Banco PSA agradece aos acionistas, clientes, parceiros e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos empregados e colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços no transcorrer do exercício. Colocamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2023.

O Conselho de Administração

A Diretoria

Balanco Patrimonial (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		1.584.879	1.068.936		1.354.164	825.903
Disponibilidades		4.286	2.334			
Instrumentos Financeiros	4 & 17.e	1.581.188	1.060.147	12	1.261.728	743.248
Títulos e Valores Mobiliários		22.815	23.110		1.222.742	692.103
Operações de Crédito	7.a	1.522.057	1.009.129		38.986	51.145
Outros Ativos Financeiros	6	36.316	27.908		92.436	82.655
Provisões para Perdas Esperadas						
Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(35.101)	(18.472)	16.b	15.152	23.507
Outros Ativos		34.507	24.928	13	20.610	21.503
Diversos	9	28.463	21.492	14	56.674	37.646
Ativos não financeiros mantidos para venda	10	6.034	3.428		830.469	673.904
Despesas Antecipadas		10	8		823.941	662.920
Ativo não Circulante		860.546	693.046	12	823.941	662.920
Instrumentos Financeiros		813.465	648.804		649.655	541.373
Operações de Crédito	7.a	813.465	648.804		174.286	121.547
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(18.760)	(12.273)		6.528	10.984
Outros Ativos		9.452	9.836			
Diversos	9	9.452	9.836	14	6.528	10.984
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	8.a	40.416	35.224	17.e	-	2.224
Imobilizado de Uso	11.a	793	610		-	2.224
Outras Imobilizações de Uso		1.166	909	16	260.792	259.950
(Depreciações Acumuladas)		(373)	(299)		229.756	229.756
Intangíveis	11.b	15.180	10.845		31.036	30.195
Outros Intangíveis		21.563	14.379			
(Amortizações Outros Intangíveis)		(6.383)	(3.535)			
Total do Ativo		2.445.425	1.761.982		2.445.425	1.761.982

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Reservas de Lucros				Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		229.756	28.418	15.439	-	273.613
Lucro Líquido		-	-	-	26.749	26.749
Destinações:						
Reserva Legal	16.c	-	1.337	-	(1.337)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	25.412	(25.412)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	(12.700)	-	(12.700)
Dividendos destinados	16.b	-	-	(12.712)	-	(12.712)
Dividendos intermediários	16.b	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		229.756	29.755	439	-	259.951
Mutações do Exercício		-	1.337	(15.000)	-	(13.663)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		229.756	29.755	439	-	259.951
Lucro Líquido		-	-	-	25.615	25.615
Destinações:						
Reserva Legal	16.c	-	1.281	-	(1.281)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	24.335	(24.335)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	(14.878)	-	(14.878)
Dividendos destinados	16.b	-	-	(9.457)	-	(9.457)
Dividendos remanescente	16.b	-	-	(439)	-	(439)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		229.756	31.036	-	-	260.792
Mutações do Exercício		-	1.281	(439)	-	842
Saldos em 31 de Junho de 2022		229.756	30.046	5.526	-	265.328
Lucro Líquido		-	-	-	19.798	19.798
Destinações:						
Reserva Legal	16.c	-	990	-	(990)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	18.808	(18.808)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	(14.878)	-	(14.878)
Dividendos destinados	16.b	-	-	(9.457)	-	(9.457)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		229.756	31.036	-	-	260.792
Mutações do Semestre		-	990	(5.526)	-	(4.536)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA", "Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo com as carteiras de investimento, crédito e financiamento. Foram firmados contratos com o Conglomerado Santander, para a prestação de serviços relacionados à gestão/controladora operacional das operações de crédito a serem realizadas através do Banco PSA. Em 1º de agosto de 2016, após aprovação pelas autoridades concorrenciais e autoridades regulatórias bancárias, ocorreu em 18/05/2016, ocorreu a transferência de 50% (cinquenta por cento) por parte do "Banco PSA Finance" (empresa estabelecida na França) para Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré EFI), empresa pertencente ao Banco Santander (Brasil) (Banco Santander) e estabelecida no Brasil, cabendo a esta última, a atribuição da Gestão dos negócios compartilhada com o Banco PSA. Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") formalizou, junto ao Banco PSA Finance, S.A. ("Banco PSA"), contrato de venda referente à participação societária detida pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A., para o Banco PSA. A efetivação da Operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias aplicáveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Resolução CMN nº 4.817/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020 revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referência normal, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requisitos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Banco está em processo de avaliação e adaptações para atendimento da Resolução A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na reunião realizada em 29 de março de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: a) **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco PSA. b) **Auração do Resultado:** O regime contábil de auração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, por taxa dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. c) **Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001. d) **Caixa e Equivalentes**

de Caixa: Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor ou com prazo igual ou inferior a noventa dias. e) **Aplicações interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao BACEN:** As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações no mercado aberto são classificadas no ativo circulante e realizáveis a longo prazo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. f) **Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; e III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período. **Requisitos mínimos no processo de apreçamento de instrumentos financeiros:** A Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem: a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda", conforme a Circular BACEN 3.068, de 8 de novembro de 2001; b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, o Banco passa a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor de mercado desses instrumentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço. O Banco PSA classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos: **Nível 1:** Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. **Nível 2:** São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). **Nível 3:** São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ajustes de valor justo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1. g) **Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:** A carteira de créditos é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indicadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vendidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. O Banco PSA Finance, efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operação de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999. h) **Outros Ativos: h.1) Ativos não financeiros mantidos para venda:** A partir de 01 de janeiro de 2021 entram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta-Circular BACEN nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições

Financeiras. A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como: a) próprios; b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa liquidação, e como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio. A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 45 - Mensuração do Valor Justo (CPC 45) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica. Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse. Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado, além de considerável restrição para a manutenção em propriedade da instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Esse prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador. h.2) **Despesas Antecipadas:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito. h.3) **Comissões Pagas a Correspondentes Bancários:** Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular BACEN nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da origem de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de: (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas. i) **Imobilizado de Uso:** É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%. j) **Intangíveis:** Os gastos com desenvolvimento do ambiente tecnológico, relacionados com os novos projetos e produtos comerciais do Banco, são diferidos pelo prazo de 5 anos tão logo o desenvolvimento do projeto ou produto esteja concluído. A amortização do intangível é feita pelo método linear, com base na taxa anual de sistemas de processamento de dados - 20%. k) **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** O Banco PSA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis, a trânsito de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o não em julgamento dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.e) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgamento favoráveis ao Banco PSA, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas. l) **Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em despesas tributárias. m) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** O encargo do IRPJ é calculado a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas

Continua...

Continuação...



aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. **n) Resultados de Exercícios Futuros:** Está representado, principalmente, pelo valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente da Peugeot-Citroën do Brasil Automóveis Ltda. (montadora) que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento aos quais se referem. Conforme a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo 5 – Rendas de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores Diversos - País e Exterior. **o) Redução ao Valor Recuperável:** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso. **p) Estimativas Contábeis:** As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. **q) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **r) Juros sobre Capital Próprio:** A Resolução CMN nº 4.720/2020 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprimento desta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido. **s) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados:** A Resolução nº 4.820, a qual vigorou a partir de 29 de maio de 2020 e determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de: (i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima de: (a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações; (b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas; (ii) recomprar ações próprias (se a permissão apenas, se for meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução; (iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central; (iv) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas; Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam de acordo com Resolução nº 4.820 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020. Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual. **t) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos:** A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas. **u) Eventos Subsequentes:** Correspondem ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; as; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

e) Movimentação das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

	01/01 a 31/12/2022	30.745	01/01 a 31/12/2021	30.652
Saldo Inicial		30.745		30.652
Constituição líquida das reversões		47.033		18.035
Baixas		(23.917)		(17.942)
Saldo Final		53.861		30.745

Foram recuperados no exercício, créditos no valor de R\$ 8.376 (31/12/2021 - R\$ 7.329), registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de operações de crédito. **f) Carteira Renegociada:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da carteira renegociada foi de R\$ 29.830 (31/12/2021 - R\$ 12.424), e o saldo da PDD foi de R\$ 5.663 (31/12/2021 - R\$ 3.059).

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS: a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2022	Const. Realização	Saldo em 31/12/2021
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	24.500	(13.700)	33.568
Provisão para Contingências Cíveis	2.351	(1.044)	1.307
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.592	(999)	1.593
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	2.149	76	2.225
Outras Provisões Temporárias	3.632	(1.909)	1.723
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	35.224	22.844	(17.652)
Total dos Créditos Tributários (1)	35.224	22.844	(17.652)

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco PSA não possuía créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2022	Total
Diferenças Temporárias		
IRPJ	9.698	7.758
CSLL	12.016	9.612
Total	21.714	17.370

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. **e) Valor Presente dos Créditos Tributários:** O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 34.857 (31/12/2021 - R\$ 29.802), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

9. OUTROS ATIVOS - DIVERSOS:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Compensar	15.435	16.595
Créditos a receber	11.356	3.990
Devedores por Depósitos em Garantia por Interposição de Recursos Trabalhistas / Cíveis	8.184	7.540
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 17.e)	1.366	383
Direito decorrente de Acordo de Parceria com o Santander de Contingências Cíveis (1)	1.268	2.296
Pagamentos a Ressarcir	23	241
Outros (2)	75	283
Total	37.915	31.327

(1) O referido refere-se à recuperação de 50% do valor de perda de processos judiciais decorrentes da carteira de crédito legado. (2) Constituem saldos de antecipações salariais e adiantamentos de seguros.

10. OUTROS ATIVOS:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda (1)	6.034	3.428
Despesa antecipada	10	8
Total	6.044	3.436

(1) Referem-se aos veículos retomados, recebidos em dação de pagamento de empréstimos e que não são usados nas operações do Banco PSA.

11) IMOBILIZAÇÃO DE USO E INTANGÍVEIS:

a) Outras Imobilizações de uso

	31/12/2022	31/12/2021
Residual Inicial		
Aquisições		
Baixas		
Depreciação		
Residual Final		

Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso
Sistemas de Processamento de Dados
Folículos
Total

b) Intangíveis:

	31/12/2022	31/12/2021
Residual Inicial		
Aquisições		
Baixas		
Amortização		
Residual Final		

Desenvolvimento de Softwares
Total

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4.286	2.334	6.237
Aplicações em Fundos de Investimentos (nota 5)	22.815	23.110	45.268
Total	27.101	25.444	51.505

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: Resumo da Carteira por Categoria

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos Privados para Negociação (I)		
Santander FIC SBAC Renda Fixa Referenciado DI	19.547	8.588
Bradesco FIC FI Referenciado DI Federal	2.491	12.850
Itaú Soberano Referenciado	440	4
Itaú Dynamic Curto Prazo	325	1.650
Santander FIC FI Empresas Curto Prazo	12	17
Total	22.815	23.110

(I) As cotas de fundos de investimento estão classificadas como sendo sem vencimento, com liquidez imediata e são mensuradas pelo valor de custo de aquisição ajustado pelas variações das cotas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a carteira de fundos de investimento está basicamente classificada em operações vinculadas a títulos de renda fixa, títulos públicos, títulos privados e títulos do Tesouro Nacional. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram operações com derivativos.

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS: O saldo de R\$ 36.316 (31/12/2021 - R\$ 27.908) é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de ações cambiais e adicional sobre depósitos.

7. CARTEIRA DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO: a) Carteira de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito		
Financiamentos - CDC Veículos	2.335.522	1.657.933
Total	2.335.522	1.657.933

b) Carteira de Créditos por Vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas	30.795	13.047
A vencer		
Até 1 ano	1.491.263	996.082
De 1 a 5 anos	813.207	648.382
Acima de 5 anos	257	422
Total	2.335.522	1.657.933

c) Carteira de Créditos por Segmento:

	31/12/2022	31/12/2021
Setor Privado		
Varejo – Pessoa Física	1.122.461	918.474
Varejo – Pessoa Jurídica	323.142	251.318
Atacado	889.919	488.141
Total	2.335.522	1.657.933

d) Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco e Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Carteira de crédito			31/12/2022
	Percentual	Curso Normal	Curso Anormal	Provisão Requerida
A	0,50	1.925.837	11.632	1.937.469
B	1,00	202.437	2.860	205.296
C	3,00	96.484	3.200	99.684
D	10,00	43.567	3.429	46.996
E	30,00	8.364	1.222	9.586
F	50,00	5.609	981	6.590
G	70,00	4.539	931	5.471
H	100,00	17.891	6.539	24.430
Total		2.304.728	30.795	2.335.522

12. DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos:		
Até 3 meses	797.533	425.209
De 3 a 12 meses	7.806	31.180
Acima de 12 meses	805.339	456.389
Total	1.610.678	912.778

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS E CORRENTES:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	12.262	13.107
Impostos e Contribuições a Pagar	8.348	8.396
Total	20.610	21.503

14. OUTROS PASSIVOS DIVERSOS:

	31/12/2022	31/12/2021
Fior-Plan - PCBA (Nota 17.g)	38.311	16.477
Provisão para despesas administrativas	11.978	16.231
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)	6.528	10.984
Outras	4.124	3.618
Comissões a Pagar	1.761	1.320
Total	63.202	46.630

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES: a) Ativos Contingentes: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes. (Nota 3.1) b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis - (Nota 15.c)		
Ações Trabalhistas	3.542	5.760
Ações Cíveis	2.843	5.128
Ações Tributárias	143	96
Total	6.528	10.984

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais:

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo Inicial	5.760	96
(Reversão)/Constituição Líquida	(1.002)	159
(Reversão)/Atualização Monetária	(686)	(760)
Pagamentos	(530)	(1.684)
Saldo Final	3.542	2.843

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cíveis e Tributárias: As ações cíveis possuem caráter predominantemente indenizatórios e revisionais de crédito, e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões relacionadas a operações de crédito. As ações de natureza tributária constituem discussões relacionadas a cobranças indevidas de IPVA. As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. **e) Passivos Contingentes Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível:** O Banco PSA possui, em 31/12/2022 passivos contingentes classificados como risco de perda possível que totalizam aproximadamente R\$ 2.450 cuja abertura se dá nos seguintes montantes: Ações Cíveis (carteiras Santander e Ideal), no montante aproximado de R\$ 1.286, Ações Trabalhistas, no montante aproximado de R\$ 1.164 (Valores em 31/12/2021: R\$ 2.029 e R\$ 1.203 respectivamente).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social no valor de R\$ 229.756 é composto por 209.354 mil ações ordinárias, sem valor nominal, assim demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021
Ordinárias	104.677	104.677
De Domiciliados no País	104.677	104.677
De Domiciliados no Exterior	209.354	209.354

17. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS: O saldo de R\$ 36.316 (31/12/2021 - R\$ 27.908) é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de ações cambiais e adicional sobre depósitos.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Serviços de Processamento de Dados	9.523	10.083
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	7.742	6.836
Propaganda e Publicidade	4.177	3.326
Sucumbências	3.236	2.550
Serviços do Sistema Financeiro	2.391	1.145
Transportes e Viagens	1.517	1.636
Aluguel	905	595
Total	29.935	26.266

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Reversão de provisão de contingências	7.120	-
Outras	360	-
Total	7.480	-

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	18.554	14.170
Outras	1.288	494
Ratelo de despesas - Peugeot Citroën Brasil Automóveis (Nota 17.e)	66	87
Total	19.908	14.751

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	33.149	38.122
Participações no Lucro	(2.136)	(923)
Resultado antes dos Impostos	31.014	37.198
Ajustes permanentes e temporários:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.520)	(7.688)
Provisão para Contingências Cíveis	20.150	4.377
Provisão para Contingências Trabalhistas	(2.320)	(454)
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	(2.219)	441
Outras provisões e ajustes temporários	168	3.108
Ajustes permanentes - Despesas Indedutíveis	(4.241)	(3.875)
Exclusão Juros sobre Capital Próprio	(14.877)	(12.700)
Base de Cálculo IRPJ	27.494	29.511
Base de Cálculo CSLL	27.227	28.333
Demais ajustes (2)	(876)	(872)
Imposto de Renda Corrente	5.996	6.590
Contribuição Social Corrente	4.594	5.406
Imposto de Renda Diferido	(2.808)	(860)
Contribuição Social Diferida	(2.884)	(688)
IMPOSTO DE RENDA TOTAL	3.112	5.646
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL TOTAL	2.286	4.803

(1) Os demais ajustes tratam-se das deduções referente aos benefícios fiscais (Doações, PAT) e ao adicional do IRPJ. (2) Inclui ajuste relacionado à majoração da alíquota da CSLL.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Conglomerado Financeiro: Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco PSA Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do BACEN e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri. **b) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve resultados não recorrentes. **c) Efeitos da pandemia – COVID 19:** O Banco montou os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturadas Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19. Mesmo com a queda do estado de emergência pública e flexibilização das medidas de distanciamento, os índices de contaminação e a gravidade dos casos continuam em acompanhamento pela Administração até que haja maior segurança técnica quanto ao impacto da doença em nível global.

Conselho de Administração

Angel Santodomingo Martell Presidente	Patrice Jean Claude Volovik Vice-Presidente	Cezar Augusto Janikian Conselheiro	Vincent Herve Py Conselheiro
---	---	--	--

Diretoria

Jean Pierre Avril Diretor Presidente e internamente Diretor de Operações e TI	Nereu Amann Kratz Diretor Financeiro e Vice-CEO	Fernanda Matsuda Diretora de Riscos	Bruno Dantas Saab Diretor Comercial	Claudia Caixator Pinori Controladora - CRC ISP232486/O-6
---	---	---	---	--

Relatório do Auditor Independente sobre

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/778C-34F4-0A29-3861> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 778C-34F4-0A29-3861



Hash do Documento

3595FF071EEE009431F1618087F6414F95CC7923A8AF66453F4C96A87AA72369

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2023 é(são) :

- Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em
29/03/2023 21:51 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS
LTDA - 05.687.343/0001-90



LEIA O QR CODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/banco-psa-finance-brasils-a/

The logo for 'Empresas & Negócios' features the word 'Empresas' in a dark red serif font, '&' in a smaller grey font, and 'Negócios' in a blue sans-serif font. A blue triangle points down to the left of the ampersand, and a blue triangle points right to the right of the ampersand.

Empresas
& Negócios